



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura em Direito
2024/2025

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Internacional Económico (TA e TAN)

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 168
Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Miguel Moura e Silva (20T)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

A determinar (20P)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Esta unidade curricular tem por objeto uma introdução ao Direito Internacional Económico, dando a conhecer os elementos centrais do enquadramento jurídico global das relações económicas internacionais. Será dado particular ênfase ao modo como os tribunais nacionais e internacionais têm vindo a moldar o processo de formação de uma ordem jurídica da globalização económica, legitimando ou limitando a intervenção pública na economia a nível nacional.

Os alunos devem adquirir um conhecimento sólido das regras jurídicas que regulam a economia global. Será sublinhada a interrelação entre o direito nacional, supranacional (União Europeia) e internacional, para demonstrar a estrutura multinível da atual governação da economia global, o que desafia a tradicional dicotomia entre direito interno e direito internacional.

Nesta UC, os alunos terão de lidar com uma abordagem interdisciplinar jurídico-económica e deverão desenvolver competências necessárias à prática do Direito num contexto global. Os alunos deverão ser capazes de identificar os diferentes enquadramentos jurídicos de elaboração de regras jurídicas e de resolução de litígios que caracterizam os diferentes sub-ramos do Direito Internacional Económico, evitando o crescente enviesamento a favor do direito da Organização Mundial do Comércio que tem caracterizado a evolução recente desta disciplina.

O elemento central do curso é determinar até que ponto podemos identificar um núcleo de doutrinas constitucionais que possam formar a base para uma ordem económica global que prossiga os valores da eficiência, estabilidade e equidade. Os alunos deverão ser capazes de identificar este elo comum entre os diferentes tópicos a tratar em Direito Internacional Económico.

No final deste curso, os alunos devem ser capazes de:

- Compreender os princípios jurídicos fundamentais aplicáveis às diferentes áreas do Direito Internacional Económico, nomeadamente, comércio internacional, proteção do investimento estrangeiro e relações monetárias;
- Explicar o papel do Direito Internacional Económico na resolução dos desafios económicos e sociais numa economia globalizada;
- Compreender o papel desempenhado pelas regras jurídicas e processos de elaboração do direito no contexto do comércio internacional e proteção do investimento estrangeiro, e explicar essas diferenças com base numa visão coerente do desenvolvimento destas áreas do Direito Internacional Económico;
- Aplicar os conhecimentos adquiridos para aconselhar clientes (organizações internacionais, governos, empresas multinacionais, ONGs) sobre como defender os seus interesses numa economia globalizada, atuando nos diferentes níveis de governação (local, nacional, supranacional e internacional).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

6. Conteúdos programáticos:

Módulo I – Os fundamentos do Direito Internacional Económico

1. O conceito de Direito Internacional Económico e a Ordem Económica Internacional
2. As fontes do Direito Internacional Económico
3. Os sujeitos do Direito Internacional Económico
4. Resolução de litígios e sanções em Direito Internacional Económico

Módulo II – O regime jurídico do comércio internacional

5. A Organização Mundial do Comércio (OMC): Aspectos institucionais
6. A resolução de litígios na OMC
7. As regras do GATT/OMC sobre o comércio de mercadorias: direitos aduaneiros e obstáculos pautais
8. As regras do GATT/OMC sobre o comércio de mercadorias: (Cont.): Obstáculos não pautais
9. As regras do GATT/OMC sobre o comércio de mercadorias: (Cont.): A proteção de interesses legítimos dos Estados através de medidas restritivas do comércio: Exceções gerais e segurança nacional
10. As regras do GATT/OMC sobre o comércio de mercadorias: (Cont.): Medidas de proteção comercial
11. As regras do GATT/OMC sobre o comércio de mercadorias: (Cont.): Comércio e desenvolvimento sustentável
12. As regras do GATS sobre comércio de serviços e o acordo TRIPS e a propriedade intelectual

Módulo III – Direito Internacional do Investimento

13. O tratamento dos investidores estrangeiros pelos Estados de acolhimento no Direito Internacional Geral
14. Uma taxonomia dos Acordos Internacionais de Investimento: Os acordos bilaterais de proteção dos investimentos (Bilateral Investment Treaties ou BITs) e tratados com regras sobre investimentos (Treaties with Investment Provisions ou TIPs)
15. A evolução dos standards do Direito Internacional do Investimento
16. A resolução de litígios entre investidores e Estados (Investor-State Dispute Settlement ou ISDS)

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O curso aborda as principais áreas do Direito Internacional Económico (DIE). A Unidade I introduz os principais temas comuns, proporcionando também uma visão atualizada de alguns aspetos do Direito Internacional geral, na medida em que se relacionam com o DIE. A Unidade II é dedicada à compreensão do sistema GATT/OMC e como este evoluiu para uma das organizações internacionais mais bem-sucedidas do nosso tempo. O desenvolvimento de uma jurisprudência coerente contrasta com o desenvolvimento mais anárquico do direito do investimento internacional, sendo este último baseado em tribunais, painéis e árbitros *ad hoc*, enquanto o primeiro dependia do Órgão de Recurso para garantir a consistência. A natureza jurídica dos mecanismos de resolução de litígios da OMC também contrasta com a natureza discricionária da maioria das intervenções políticas em assuntos monetários. A Unidade III aborda as origens das regras sobre a proteção dos investidores estrangeiros a partir de uma perspetiva ocidental baseada nos direitos de propriedade, e o desenvolvimento de um sistema complexo de tratados de investimento e resolução de litígios entre investidores e Estados. O estudo de todas estas ramificações do DIE, ainda que a um nível introdutório de licenciatura, permite aos estudantes desenvolver uma compreensão abrangente dos conceitos fundamentais e dos modos específicos de criação de normas que sustentam a ordem jurídica da economia global.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

8. Metodologias de ensino:

O ensino conjuga aulas teóricas sobre os principais ramos do Direito Internacional Económico (DIE) com a discussão, em sala de aula, de casos decididos por tribunais nacionais e internacionais, assim como outras questões internacionais atuais. Utilizaremos diferentes materiais retirados de manuais, artigos académicos, casos, bem como notícias atuais.

As aulas teóricas (“Teóricas”) seguirão o modelo de sala de aula invertida, pelo que os alunos terão de assistir a vídeos introdutórios e/ou analisar outros materiais para se prepararem antes das aulas (aproximadamente uma hora de trabalho para cada aula). As aulas práticas (“Práticas”) envolverão ainda mais os alunos em trabalho individual e colaborativo, resolvendo casos hipotéticos e discutindo questões de “policy” no DIE. Os materiais de estudo, incluindo resumos, vídeos e artigos/papers, serão disponibilizados na página de eLearning.

A participação nas aulas será avaliada com base no envolvimento dos alunos nas discussões em sala de aula, bem como nos trabalhos escritos realizados na plataforma Moodle. Os alunos serão incentivados a trabalhar de forma colaborativa numa Wiki online sobre temas de Direito Internacional Económico e a comentar as entradas de outros colegas.

Os alunos que tiverem dificuldades no uso de plataformas de eLearning podem informar a equipa docente sobre a sua situação, sendo adotados os ajustes adequados para garantir igualdade de oportunidades a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência.

Os alunos devem estar cientes de que a avaliação da participação em aula terá em conta os dados fornecidos pela plataforma sobre o envolvimento nas atividades e recursos na plataforma eLearning (conclusão de atividades eletrónicas, participação em fóruns, etc.).

9. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Os alunos serão desafiados a desenvolver a sua própria compreensão sobre como as regras do Direito Internacional Económico (DIE) evoluíram nos diferentes domínios desta disciplina, aplicando o seu conhecimento ao debate de questões jurídicas atuais no DIE, bem como à resolução de casos hipotéticos.

A avaliação da participação nas aulas cria um forte incentivo para que os alunos assumam um papel ativo no desenvolvimento das aulas. As atividades realizadas ao longo do semestre avaliarão tanto o envolvimento dos alunos nas atividades em sala de aula e online, como o respetivo nível de desempenho. Os três testes escritos avaliarão os resultados de aprendizagem dos alunos em relação a cada uma das três Unidades do curso.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

10. Bibliografia principal:

- Leila CHOUKROUNE and James J. NEDUMPARA, *International Economic Law – Text, Cases and Materials*, Cambridge Univ. Press, Cambridge, 2022
- Andreas LOWENFELD, *International Economic Law*, 2.^a ed., Oxford Univ. Press, Oxford, 2008
- Asif H. QURESHI, Andreas ZIEGLER, *International Economic Law*, 4.^a ed., Sweet & Maxwell, London, 2019
- David COLLINS, *Foundations of International Economic Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2019
- Michael J. TREBILCOCK, Robert HOWSE, Antonia ELIASON, *The Regulation of International Trade*, 4.^a ed., Routledge, London, 2012
- Matthias HERDEGEN, *Principles of International Economic Law*, 2.^a ed., Oxford Univ. Press, Oxford, 2016
- Ursula KRIEBAUM, Rudolf DOLZER, Christoph SCHREUER, *Principles of International Investment Law*, 3.^a ed., Oxford Univ. Press, Oxford, 2022
- Christian JOERGES, Ernst-Ulrich PETERSMANN (Eds.), *Constitutionalism, Multilevel Trade Governance and International Economic Law*, Hart Publishing, Oxford, 2011
- Miguel MOURA E SILVA, Pedro Infante MOTA, *Coletânea de Direito Internacional Económico*, AAFDL, Lisboa, 2020
- Wenhua SHAN; Penelope SIMONS; Dalvinder SINGH (orgs.), *Redefining Sovereignty in International Economic Law*, Hart Publ., Oxford, 2008
- M. SORNARAJAH, *The International Law on Foreign Investment*, 5.^a ed., Cambridge Univ. Press, Cambridge, 2021
- Thomas COTTER; Krista NADAKAVUKAREN (eds.), *Elgar Encyclopedia of International Economic Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2017

11. Observações:

Devido à reduzida duração do segundo semestre do ano letivo 2024-2025 (18 aulas teóricas até ao início das frequências), não será lecionado o módulo relativo às relações monetárias que habitualmente integra o programa desta UC.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Course Bachelors in Law

1. Curricular Unit Name:

International Economic Law

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual
Work hours: 168
Credits ECTS: 6

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Miguel Moura e Silva (20 T)

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

TBA

5. Learning outcomes of the curricular unit:

This course consists of an introduction to International Economic Law, providing an overview of the evolving global legal regulation of international economic relations. Particular emphasis is placed on studying how national and international courts have shaped the formation of a legal order of the global economy, limiting or legitimating national economic regulation.

Students are expected to acquire a solid understanding of the legal rules governing the global economy. The interplay of domestic, regional (e.g. EU) and international law will be emphasized to illustrate the current multi-level governance of the global economy, challenging the traditional divide between domestic and international law. Students will be exposed to an interdisciplinary Law & Economics approach and should develop the skills that are required to practice law in a global context. Students will learn about the different structures of law-making and dispute settlement that characterize the different branches of International Economic Law, avoiding the growing WTO or Trade Law bias that is frequent in this discipline. One common thread of the course is to what extent is it possible to **identify a core of constitutional doctrines that could form the basis for a global economy that pursues values of efficiency, stability and equity**. Students will also be able to identify the linkage between different topics of IEL

At the end of this course, students should be able to:

- Understand the main legal principles applicable in the fields of IEL, namely trade and investment;
- Explain the role of International Economic Law (IEL) in dealing with economic and social challenges of a globalized economy;
- Understand the role played by legal rules and law-making procedures in the context of world trade and investment protection and be able to explain such differences on the basis of a structural and coherent view of the development of these areas of IEL;

Apply the knowledge of IEL to advise clients (international organizations, governments, multinationals, NGOs) to defend their interests in a globalized economy, operating at multiple levels of governance (international,

6. Syllabus:

Unit I – The foundations of International Economic Law (IEL)

1. The concept of IEL and the International Economic Order
2. The sources of IEL
3. The subjects of IEL
4. Dispute Settlement and Sanctions in IEL

Unit II – The Legal Regime of International Trade



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5. The World Trade Organization: Institutional Aspects
6. Dispute Settlement in the WTO
7. The GATT/WTO rules on Trade in Goods: Tariffs and Customs Barriers
8. The GATT/WTO rules on Trade in Goods (Cont.): Non-Tariff Barriers
9. The GATT/WTO rules on Trade in Goods (Cont.): Protecting legitimate State interests through Trade-restrictive measures: General Exceptions and National Security
10. The GATT/WTO rules on Trade in Goods (Cont.): Trade Protection
11. The GATT/WTO rules on Trade in Goods (Cont.): Trade and Development
12. The GATS rules on Trade in Services and the TRIPS Agreement

Unit III – International Investment Law

13. The Treatment of Foreign Investors by Host States under Customary International Law
14. A taxonomy of International Investment Agreements (IIAs): Bilateral Investment Treaties (BITs) and Treaties with Investment Provisions (TIPs)
15. The Evolving Standards of International Investment Law
16. The Settlement of Investor-State Disputes

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The course addresses the main areas of IEL. **Unit I** introduces the main common themes while also providing a refreshed view of some aspects of general International Law as they relate to IEL. **Unit II** is devoted to the understanding of the GATT/WTO system and how it evolved into one of the most successful international organizations of our time. The development of a coherent jurisprudence stands in contrast with the more anarchic development of the law on international investment, the latter resting with ad hoc courts, panels and arbitrators, whereas the former relies on the Appellate Body to ensure consistency. The legal nature of WTO dispute settlement mechanisms also contrasts with the discretionary nature of most policy interventions in monetary affairs. **Unit III** addresses the origins of rules on the protection of foreign investors from a Western-based property rights perspective and the development into a complex system of investment treaties and investor-state dispute settlement. The study of all these branches of IEL, albeit at an introductory undergraduate level, allows students to develop a comprehensive grasp of the fundamental concepts and specific law-making modes that underpin the legal order of the global economy.

8. Teaching methodologies:

Teaching will combine lectures on the main branches of IEL with the discussion in class of cases decided by national and international courts and other current international issues. We will use different materials drawn from textbooks, academic articles, cases as well as current news.

Lectures (“Teóricas”) will use the flipped classroom design, so students will be required to watch introductory videos and/or other materials to prepare before class (approximately one hour work for each class). Tutorial classes (“Práticas”) will further engage students in individual and collaborative work, solving hypotheticals and discussing policy issues in IEL. Study materials, including summaries, videos and papers/articles will be made available on the eLearning webpage.

Class participation will be based on the engagement of students in class discussion, as well as written assignments on the Moodle platform. Students will be required to work collaboratively on an online Wiki on topics of International Economic Law and to comment on other students’ entries.

Students who have difficulties using eLearning platforms may report their situation to the teaching team and proper adjustments may be adopted, ensuring equal opportunity to all students, including students with disabilities.

Students should be aware that class participation evaluation will take into account data provided by the platform on the engagement with activities and resources on the eLearning platform (completion of e-activities, participation in forums, etc.).

9. Evaluation:

The final grade for “avaliação contínua” is composed of 50% class participation, including all e-activities (on the Moodle platform) and in class activities (lectures and tutorials). Please note that class attendance and engagement with e-activities and in-class activities will count for 10% of the grade (the remaining 40% being assessed as to the level of your performance in accordance with pre-determined assessment criteria). The remaining 50% will be obtained through successful completion of a set of 3 written tests at the end of each Unit of the syllabus. The written tests will take place in one of the tutorial classes, with a time limit of one hour. Dates will be set at the beginning of the course.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Students with a final grade of 10/20 will not be required to do the written exam in June.

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

Students will be challenged to develop their own understanding of how IEL rules have developed in the different domains of this discipline and apply their knowledge to debate of current legal issues in IEL as well as to solve hypothetical cases.

Grading class participation creates a strong incentive for students to take an active role in class development. The activities to be conducted throughout the semester will evaluate both the engagement of students with in-class and online activities as well as their respective level of performance. The four written tests will assess students learning results with regard to each of the three Units of the course.

11: Main Bibliography:

Leila CHOUKROUNE and James J. NEDUMPARA, *International Economic Law – Text, Cases and Materials*, Cambridge Univ. Press, Cambridge, 2022

Andreas LOWENFELD, *International Economic Law*, 2nd ed., Oxford Univ. Press, Oxford, 2008

Asif H. QURESHI, Andreas ZIEGLER, *International Economic Law*, 4th ed., Sweet & Maxwell, London, 2019

David COLLINS, *Foundations of International Economic Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2019

Michael J. TREBILCOCK, Robert HOWSE, Antonia ELIASON, *The Regulation of International Trade*, 4th ed., Routledge, London, 2012

Matthias HERDEGEN, *Principles of International Economic Law*, 2nd ed., Oxford Univ. Press, Oxford, 2016

Ursula KRIEBAUM, Rudolf DOLZER, Christoph SCHREUER, *Principles of International Investment Law*, 3rd ed., Oxford Univ. Press, Oxford, 2022

Christian JOERGES, Ernst-Ulrich PETERSMANN (Eds.), *Constitutionalism, Multilevel Trade Governance and International Economic Law*, Hart Publishing, Oxford, 2011

Miguel MOURA E SILVA, Pedro Infante MOTA, *Coletânea de Direito Internacional Económico*, AAFDL, Lisboa, 2020

Wenhua SHAN; Penelope SIMONS; Dalvinder SINGH (orgs.), *Redefining Sovereignty in International Economic Law*, Hart Publ., Oxford, 2008

M. SORNARAJAH, *The International Law on Foreign Investment*, 5th ed., Cambridge Univ. Press, Cambridge, 2021

Thomas COTTER; Krista NADAKAVUKAREN (eds.), *Elgar Encyclopedia of International Economic Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2017

12: Remarks:

Given the short duration of the second semester of the academic year 2024-2025, the Unit on International Monetary Relations will not be taught this semester.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.